



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

KARLLA LIZANDRA DOS SANTOS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO JUNTO AOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO
DA COSTA BARROS EM CAMPINA GRANDE-PB**

CAMPINA GRANDE - PB
JULHO DE 2014

KARLLA LIZANDRA DOS SANTOS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO JUNTO AOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO
DA COSTA BARROS EM CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito essencial para obtenção de Título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ma. Aliceane de Almeida Vieira.

CAMPINA GRANDE – PB

JULHO DE 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Karlla Lizandra dos Santos

A importância do serviço social na educação [manuscrito] :
uma proposta de intervenção junto aos estudantes da Escola
Municipal Amaro da Costa Barros em Campina Grande -PB /
Karlla Lizandra dos Santos Silva. - 2014.

31 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Ma. Aliceane de Almeida Vieira,
Departamento de Serviço Social".

1.Educação. 2. Serviço Social na educação. 3. Escola. 4.
Sistema educacional brasileiro. 5. Projeto de Intervenção. I.

Título.

21. ed. CDD 361.3

KARLLA LIZANDRA DOS SANTOS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO JUNTO AOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO
DA COSTA BARROS EM CAMPINA GRANDE-PB**

APROVADA EM: 29 / 07 / 14

NOTA: 9,0 (Nove)

BANCA EXAMINADORA

Aliceane de Almeida Vieira

Prof. Ma. Aliceane de Almeida Vieira
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Orientadora

Marília Tomaz de Oliveira

Prof. Dr.ª Marília Tomaz de Oliveira
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Examinadora

Arcilene da Costa Andrade

Prof. Ma. Arcilene da Costa Andrade
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB

JULHO DE 2014

*Os teus olhos me viram a substância ainda informe,
e no teu livro foram escrito todos os meus dias cada um deles escrito e
determinado, quando nenhum deles havia ainda.
Que preciosos para mim, ô Deus, são os teus pensamentos!
E como é grande a soma deles!
(Salmo 139:16-17)*

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento devo ao autor e consumidor da minha fé JESUS CRISTO, pois sem ele nada do que sou seria e nada do que tenho teria. Que cada pensamento, cada atitude, cada ação profissional possam antes de qualquer coisa glorificar Teu Santo Nome Jesus.

Agradeço a minha família, aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram e intercederam ao Espírito Santo para que meu sonho fosse concretizado, mas não poderia deixar de ressaltar as pessoas mais importantes, minha mãe, por incansáveis esforços e orações para que eu chegasse até aqui e o meu irmão Willames Santos, que quando se refere à vida acadêmica sempre foi meu maior exemplo e minha maior inspiração, meu muito obrigada de coração.

Agradeço aos amigos que sempre oraram e torceram para que meus objetivos fossem concretizados, em especial a Keila Barbosa, pois ela se materializa na frase “há amigos mais chegados que irmãos”. Agradecer a João Batista e a Luiz Augusto por cada risada, cada aperreio e cada lágrima em meio aos atropelos da vida acadêmica, a Alline Emannelle por sempre me incentivar a sorrir quando meu mundo pensava em desabar.

Agradeço a minha orientadora professora Aliceane de Almeida, que sem colocar dificuldades sempre esteve disposta a me ajudar. Obrigada professora, a senhora sempre será lembrada por mim como alguém que se dedica sem limites a sua profissão.

Agradeço a banca examinadora formada pelas professoras. Alcilene da Costa e Marília Tomaz, que prontamente aceitaram o nosso convite para examinar este trabalho.

Em suma, a todos que me fizeram chegar até aqui e não poderia deixar de dedicar essa vitória a vocês e ao meu Criador... DEUS.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: NOTAS PARA O DEBATE...	9
2.1	Os caminhos da educação no país: do período da Colônia, Império e a Primeira República.....	9
2.2	A política de educação: avanços e retrocessos.....	12
3	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE.....	16
3.1	Educação: transformação do sujeito e direito social.....	17
3.2	O Serviço Social e sua inserção no campo da Educação.....	19
4	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO JUNTO AOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO DA COSTA BARROS EM CAMPINA GRANDE-PB.....	23
4.1	Caracterização do Campo de Estágio.....	23
4.2	A Experiência do Estágio Supervisionado: resultados da intervenção na instituição.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6	REFERENCIAS.....	31

APÊNDICES

Apêndice I – Questionário Avaliativo

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO JUNTO AOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO DA COSTA BARROS EM CAMPINA GRANDE-PB

Karlla Lizandra dos Santos Silva¹

RESUMO

O processo de formação histórica do sistema educacional no Brasil demonstra uma educação vinculada ao desenvolvimento econômico do país. A educação passou a ser tida como direito social a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). A escola apresenta a necessidade do assistente social, com suas atribuições e competências profissionais a partir do Projeto Ético Político Profissional. Dessa forma, objetiva-se discutir a importância do trabalho do assistente social no campo da educação. Para tanto, o interesse pela temática surgiu da experiência acadêmica do Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado na Escola Municipal Amaro da Costa Barros em Campina Grande-PB, no qual foi desenvolvido um Projeto de Intervenção por meio de ações sócio-educativas com os estudantes. Na metodologia, utilizou-se de pesquisas bibliográfica e de campo, observação participante e ações interventivas sócio-educativas com os estudantes da instituição. As atividades desenvolvidas na intervenção e os resultados obtidos demonstraram que há um desconhecimento do trabalho do assistente social por parte dos estudantes, desconfigurando-o como um profissional inserido e importante na equipe multidisciplinar da escola. Dessa forma, a escola representa na sociedade moderna um dos principais espaços formadores e propagadores de cidadania à medida que contribui para a formação do cidadão e sobre seu exercício dentro da sociedade, na qual, o trabalho do assistente social contribui para formação de cidadãos que buscam conquistar uma educação emancipadora.

Palavras-Chave: Educação; Serviço Social; Trabalho Profissional; Escola; Projeto de Intervenção.

ABSTRACT

The process of historical development of the educational system in Brazil shows a linked to the country's economic development education. Education came to be regarded as a social right from the Federal Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Bases of Education (1996). The school has the need of social workers, with their professional duties and responsibilities from the Ethical Political Project Professional. Thus, the objective is to discuss the important work of the social worker in the field of education. Thus, the interest in the topic arose from the academic experience of Supervised Internship in Social Work performed at the

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Municipal School Amaro da Costa Barros in Campina Grande-PB, which was developed a Draft Statement by socio-educational activities with students. In the methodology, we used the literature and field research, participant observation and socio-educational interventional actions with the students of the institution. The activities developed in the intervention and the results showed that there is a lack of work social worker by students, unconfiguring it as a professional inserted and important multidisciplinary school team. Thus, the school is in modern society one of the leading trainers spaces and propagators of citizenship as it contributes to the training of citizens and on their exercise inside the society in which the work of the social worker has a fundamental contribution in ensuring education emancipated.

Key words: Education; Social Service; Professional work; school; Intervention Project.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema proposto neste trabalho surgiu da experiência acadêmica do Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado na Escola Municipal Amaro da Costa Barros, no município de Campina Grande-PB, no período de setembro de 2011 a setembro de 2013, no qual observamos a necessidade de discutir a importância da intervenção do assistente social no âmbito escolar, tendo em vista suas atribuições e competências profissionais a partir do Projeto Ético Político Profissional.

A escolha por essa temática deu-se através da inquietação gerada pela falta de conhecimento de alguns alunos sobre o fazer profissional do assistente social na escola, observado na oportunidade de estágio. Diante dessa problemática, foi proposto um Projeto de Intervenção nesse espaço sócio-ocupacional de modo que pudessemos intervir com ações sócio-educativas junto aos estudantes sobre o trabalho do assistente social na área da educação. Dessa forma, objetiva-se discutir a intervenção do assistente social no campo da educação enquanto espaço de seu exercício profissional, partindo dos resultados obtidos com os debates e ações interventivas do Projeto de Intervenção sobre a importância do trabalho do Assistente Social no âmbito escolar com os estudantes da Escola Amaro da Costa Barros.

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica que para Gil (2002) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de

livros e artigos científicos; a observação participante e a análise dos dados resultantes das ações do Projeto de Intervenção.

O presente trabalho está dividido em três seções: na primeira, destaca-se uma breve discussão sobre o sistema educacional brasileiro enfocando a política de educação; na segunda, abordaremos sobre o Serviço Social na educação enquanto novas perspectivas sócio-ocupacionais na contemporaneidade; na terceira seção a contribuição do Serviço Social na educação: uma proposta de intervenção junto aos estudantes da Escola Municipal Amaro da Costa Barros em Campina Grande-PB; seguida das Considerações Finais e Apêndices (Questionário Avaliativo).

2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: NOTAS PARA O DEBATE

A educação é uma categoria histórica que configura-se a partir das influências e das formações sociais, econômicas e políticas de cada período na sociedade. Para a compreensão da educação brasileira é de fundamental importância a análise do seu contexto histórico-social e das influências ao longo do processo da organização da educação no país sob a forma de política pública associada à disseminação dos valores hegemônicos da sociedade capitalista.

2.1 Os caminhos da educação no país: do período da Colônia, Império e a Primeira República

A educação no Brasil perpassa toda uma conjuntura política e social podendo ser compreendida a partir de um resgate sócio-histórico, aliado por suas relações com a dinâmica social e as crises do capitalismo.

O processo educacional no Brasil teve seu início marcado pelo autoritarismo do império português frente à repressão de toda e qualquer linha contrária e defendida pelo seu colonizador. Neste contexto, a Igreja Católica assume sua função ideológica a fim de difundir o modelo de exploração colonial com um reforço na aceitação da dominação e a “ressocialização” do índio para força de trabalho servil. Segundo Mascarello (2006):

Dentre as ordens religiosas existentes no período, a de maior importância foi a Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola em 1540. Os primeiros padres inicianos chegaram ao Brasil em 1549. Esta data é tida

como marco do início da história da educação no Brasil. A Companhia de Jesus se organizou entre a atividade educacional tida como a principal, voltada para a catequização (conversão) dos índios, e os serviços religiosos voltados para os colonos. Para cumprir tal missão a companhia recebia subsídio do Estado.

A educação brasileira sob influência portuguesa data início em 1549 com a chegada de Tomé de Souza e quatro padres jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega. Foram estes jesuítas, inicialmente, responsáveis pelo desenvolvimento um sistema educacional com forte presença da Igreja Católica. Neste período, não existia uma política educacional estatal, mas um sistema educacional de elite que era destinado apenas aos filhos dos colonos, excluindo, assim, os indígenas. Estes últimos eram direcionados para catequização que objetivava torná-los “dóceis” devido à resistência dos nativos que interferia diretamente nos interesses do Estado e da Igreja, ambos interligados. Ratifica Hilsdorf (2005, p. 3); Mascarello (2006, p. 12)

(...) nobreza e clero queriam defender a estrutura social tripartite e hierarquizada-os que lutam, os que rezam e os que trabalham - definida pelos teólogos do século XII, e manter seus privilégios, aceitando as restrições da Igreja à acumulação de capital e à livre produção e a livre contratação da força de trabalho praticadas pela burguesia. Os rumos dados à educação no Brasil durante o período colonial foram estes, com políticas que sempre estiveram permeadas pelos interesses da igreja e da coroa portuguesa. Pois, coube à igreja, através da ordem jesuíta, implantar todo o sistema educacional da Colônia, o que serviu de suporte para o desenvolvimento da cultura nestas terras.

Após a catequização, os índios eram direcionados ao trabalho do Estado sendo obrigado o repasse de 10% da lucratividade arrecada para o sustento da ação missionária. Sob a ameaça que os jesuítas representavam devido ao seu vultoso poder econômico, não revertido a colônia, foram expulsos do Brasil em 1759 pelo Marquês de Pombal. Para substituir os ensinamentos jesuíticos foram criadas as Aulas Régias de latim, grego, retórica e filosofia; em 1772, dar-se-á o início do ensino superior no Brasil.

Com a chegada da família Real em 1808, Dom João VI cria diferentes cursos com a finalidade de atender a necessidade da burguesia instalada na colônia, conforme relata Pinto (1986, p. 58)

Fundaram-se escolas técnicas e academias, pois com abertura dos portos, intensificou-se o contato com outros países e outras culturas. No período foram criadas: a Academia Real da Marinha, a academia Militar. O curso de

cirurgia, anatomia e depois o curso de medicina. Também foram criados os cursos de economia, agricultura, botânica, química industrial, geologia e mineralogia.

A partir de 1834 as províncias tiveram a responsabilidade de promover, organizar o ensino primário e secundário, segundo Mascarello (2006) os caminhos da educação na colônia e no império se dava para a formação de padres para o exercício da atividade missionária, ora para o aparelho do Estado, mas sempre favorecendo uma classe: a burguesia. Ressalta-se que neste ínterim um dos acontecimentos mais importantes no setor educacional no período do Império foi à criação do Colégio Pedro II em 1837 no Rio de Janeiro que serviria como padrão para os demais, visto que seus alunos poderiam ter acesso ao curso superior. Também são criadas durante o período imperial as primeiras escolas normais em Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845) e São Paulo (1846), nestas o ensino era precário, sendo oferecidas apenas questões (aulas) teóricas durante dois anos. Inicialmente, apenas para os rapazes, passado três décadas, as mulheres tiveram a oportunidade de frequentá-las.

Entre 1860 a 1890 surgiram colégios católicos e escolas protestantes de cunho particular como forma de oposição ao Estado devido à situação de abandono em que vivia a educação. A iniciativa particular surge como forma de assumir o ensino secundário no país para garantir uma qualidade na aprendizagem.

Com a chegada da Primeira República houve algumas mudanças e preocupações devido à situação econômica, política, social e educacional do país. No período republicano, segundo Ghiraldelli,(2000), especificamente, em 1920, 75 % da população era analfabeta. Diante desse cenário era interesse da classe política diminuir o analfabetismo, já que os analfabetos não podiam votar. Aponta Ghiraldelli (2000, p. 27) que

As elites não só enviavam seus filhos aos colégios particulares como também se utilizavam do Estado para criar uma rede de ensino público para o atendimento de seus filhos. Assim, todas as reformas da legislação do ensino provindas do governo federal priorizavam suas atenções para o ensino secundário e superior

Mesmo diante desta realidade o modelo educacional continuava elitista, só a classe dominante tinha maior acesso à educação, fato que acrescia a taxa de analfabetismo.

2.2 A política de educação: avanços e retrocessos

A trajetória da política educacional no Brasil requer, além de um resgate histórico de legislações e transformações societárias, entender as relações com a dinâmica e as crises da sociedade capitalista.

A crise mundial de 1929 trouxe grandes reflexos negativos para o Brasil, um exemplo claro foi a superprodução de café que diante da queda de valor no mercado internacional influenciou na instalação de uma crise econômica para o país. Em contrapartida, o presidente Getúlio Vargas representou uma figura ímpar para o movimento de industrialização entre 1930 e 1937. Para Pinto (1986) os anos de 1930 caracterizaram-se pelo desenvolvimento industrial. Por um lado, graças à intenção do governo de evitar o colapso da economia cafeeira, pois a considerava fundamental e insistia na necessidade de incentivar as atividades agrícolas.

No governo de Getúlio Vargas é criado o Ministério da Educação - ME, pelo qual a educação passa a ter importância estratégica no plano de desenvolvimento econômico com uma proposta do Estado efetivamente assumindo responsabilidades.

Este período fora marcado por várias transformações no setor educacional do Brasil, a exemplo de conferências educacionais com o objetivo de mudar a forma de pensar sobre educação no país. A partir dessas conferências que surge o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) que tentava reconstruir o sistema educacional brasileiro, visando à consolidação de inúmeras lutas históricas: uma política educacional do Estado. Conforme Nogueira (2007, p. 24)

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, encabeçado por Fernando de Azevedo e mais vinte e nove educadores, é dirigido ao povo e ao governo, apontando a direção da construção de um sistema nacional de educação. O documento considera dever do Estado tornar a educação obrigatória, pública, gratuita e laica; critica o sistema dual e reivindica uma escola básica.

Cita-se ainda, a proposta do Plano Nacional de Educação – PNE, contida na Constituição de 1934, na qual a educação passa a ser um direito de todos, com ensino primário obrigatório e gratuito. Somado as contribuições da anterior, a Constituição de 1937 cria-se o ensino profissionalizante para preparar um maior

contingente de mão de obra para as atividades abertas pelo mercado, dando apoio assim, à ordem capitalista.

Paradoxalmente, as reformas pedagógicas ocorridas no sistema educacional de 1934 tornaram-se menos importante com instituição do Estado Novo no governo getuliano. O Estado Novo acabou sendo um retrocesso para a educação do país, pois o governo deixa de se comprometer com a educação pública.

Ressalta-se a Carta Magna de 1937 que garante ensino público para aqueles que não tivessem recursos, destituindo a obrigatoriedade do ensino primário. Além destes fatos, o Estado Novo instruiu a escola a ensinar valores como religião, família, mulher-mãe, trabalhador-herói. Assim conforme Hilsdorf (2005, p. 99) “a questão que se coloca é que servindo a nação, a educação servia ao Estado, instituidor da nação. Assim as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização”.

Após o período ditatorial da “Era Vargas”, a educação brasileira avançou. A Constituição de 1946 trouxe a redemocratização do país além de avanços que fizeram valer novamente a Constituição de 1934, a exemplo da garantia de uma educação gratuita. Porém, o marco deste período foi à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os movimentos de educação popular.

Os movimentos que mais se destacaram foram: a Campanha de Educação de Adultos, o Movimento de Educação de Base e o Programa Nacional de Alfabetização, o ultimo programa teve curta duração, muita embora tenha tido resultados satisfatórios devido à utilização do Método Paulo Freire. Aponta Nogueira (2007, p. 28)

O Método Paulo Freire preconizava a alfabetização de adultos a partir das situações do cotidiano dos educandos. Utilizando palavras-geradoras, retiradas deste cotidiano, a equipe de Paulo Freire propunha o debate crítico das situações sugeridas. O método visava a conscientização dos educandos a partir do diálogo entre educando e educador. Todo saber era valorizado. Para Paulo Freire, não é possível que haja um ser completamente ignorante. Todas as pessoas tem sempre algo para ensinar e para aprender.

Depois de quase duas décadas em regime democrático o país enfrenta novamente um período ditatorial. Com o Golpe Militar em março de 1964, houve uma nova reorganização do país, tanto pela sociedade política quanto pela sociedade civil, com o intuito que o Estado se tornasse novamente o mediador dos

interesses capitalistas, assim, as ideias e os projetos anteriores ficaram reprimidas e o sistema educacional brasileiro tomou novos rumos (PINTO, 1986).

O projeto nacional desenvolvimentista estava em plena vigência no Brasil entre 1945 e 1964, e se desenvolvia de forma associada e dependente aos países capitalistas centrais, a partir de uma internacionalização da economia brasileira. De acordo com Pereira (2008), em relação à política educacional no pós-1964, “consta-se um verdadeiro reordenamento, operado pelo Estado, de toda a estrutura do sistema educacional brasileiro, objetivando sua adequação ao processo de aceleração modernizadora realizada no país” (p. 112).

Neste íterim, a educação brasileira passa novamente por mudanças extremamente trágicas. Professores, alunos e funcionários passam a ter sua liberdade controlada, sob pena de punições severas do governo aos que iam de encontro aos interesses ideológicos de sua filosofia. Além de escolas, outras modalidades que sofreram com a Ditadura Militar, a exemplo das instituições de nível superior, a qualidade deste ensino deu lugar à formação profissional voltada para o mercado de trabalho e sua comercialização. O governo se exime da obrigação de garantir o ensino superior, abrindo maior caminho para privatização de tal modalidade, afetando o crescimento e progresso das universidades que sem amparo governamental se caracterizava de forma desordenada e sem qualidade.

A classe universitária não ficou satisfeita com essas atitudes do governo, entretanto, não podiam reivindicar, citamos o Decreto-Lei nº 477 de 1969 que proibia manifestações estudantis. Diante de tantas mudanças no setor de ensino desde os tempos de colônia, permanecia o alto analfabetismo. Para tentar diminuir o problema, em 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, com o seu objetivo de propor a alfabetização funcional a jovens e adultos.

O MOBRAL compreendeu uma programação de cursos de alfabetização para a população urbana na faixa etária de 15 a 35 anos, preferencialmente. Este programa funcionou com uma estrutura paralela, até certo ponto, e autônoma em relação ao Ministério da Educação, conclamando a população a fazer a sua parte: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber”, extinto em 1985, surge a Fundação Educar, e posteriormente, em 2002, a Educação de Jovens e Adultos, implicitamente inserida nos textos da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de forma a responsabilizar os municípios de promoverem meios

adequados para alfabetização de jovens e adultos que não conseguiram concluir a educação básica (PINTO, 1986; MACIEL, 2009).

O principal objetivo da Educação de Jovens e Adultos era auxiliar cada indivíduo a tornar-se tudo aquilo que ele tem capacidade para ser. Trabalhando conteúdos, atividades e incentivando os mesmos a participarem de ações que embora não aconteçam no ambiente escolar seja capaz de conduzir à educação partindo do princípio que Ireland (2009, p.36 apud Maciel, 2009)

O processo de educação no indivíduo tem três dimensões sendo estas: a individual, a profissional e a social. A primeira considera a pessoa como um ser incompleto, que tem a capacidade de buscar seu potencial pleno e se desenvolver, aprendendo sobre si mesmo e sobre o mundo. Na profissional, está incluída a necessidade de todas as pessoas se atualizarem em sua profissão, todos precisam se atualizar. No social (sendo este, a capacidade de viver em grupo), um cidadão, para ser ativo e participativo, necessita ter acesso a informações e saber avaliar criticamente o que acontece.

O importante para o governo não era de fato a alfabetização em si e sim preparar a mão de obra para atender o mercado, exemplo disto, se observou no ensino de 1º e 2º graus em que foram obrigados a lecionar o ensino profissionalizante pouco importando se o alunado teria aprendido ou não. Torna-se perceptível a persistência de inúmeros problemas educacionais no período ditatorial.

Compreende-se que, os anos de desenvolvimento econômico do Brasil configuraram uma relação intensa entre educação formal e mercado de trabalho, uma vez que, o sistema educacional brasileiro nas décadas de 1950 até meados de 1970 se fez atrelado à modernização e ao desenvolvimento econômico do país.

Apesar de, historicamente, a educação brasileira ser fruto muito mais de interesses particulares do que de um planejamento estratégicos para a ordem e o progresso do país, houve avanços e conquistas.

O sistema educacional brasileiro é estruturado e regulamentado pela Constituição Federal de 1988 no qual o Capítulo III, Artigo 205 destaca que a “Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A legislação da Educação Básica está firmada em dois documentos principais: a Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional – LDB; e o Plano Nacional de Educação – PNE com vistas ao cumprimento do artigo 214 da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 garante a educação gratuita independente de faixa etária, a conquista de 200 dias letivos, a qualidade de ensino e a valorização do magistério. Cita-se a organização do Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB, em 1990, a Lei 9.424/96 que instituiu o Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, que hoje é conhecido como FUNDEB, a Lei nº 9.131, de 1995, que institucionalizou o Conselho Nacional de Educação e sem dúvidas a medida mais importante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96, que estabeleceu a Política Educacional Brasileira. Dessa forma,

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora. (CFESS, 2012, p. 19)

Nesse contexto de desenvolvimento sócio-histórico, a política de educação no Brasil esteve atrelada ao processo de desenvolvimento econômico, marcado por interesses externos e com uma economia subsidiária e dependente. A educação ganhou centralidade política, uma vez que, transportou para a classe dominante como um espaço que possibilitava o enquadramento na ordem social, por meio de um processo educativo. Entretanto, considerando que a classe trabalhadora também representava uma classe ativa nesse processo, por meio de lutas sociais, obteve conquistas importantes como o direito à Educação.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE

O Serviço Social surge, assim como a política de educação, discutida na seção anterior, no cenário de desenvolvimento industrial e econômico e como estratégia à manutenção da ordem sócio-política que crescia junto com a industrialização no país.

Para Almeida (2007) para dar conta do alcance e das possibilidades da atuação profissional do assistente social na área da educação é preciso situá-la no contexto das mudanças que vêm ocorrendo na dinâmica entre as esferas da produção e da reprodução social, desvelando como os fenômenos do desemprego estrutural, a contra-reforma do Estado e a hegemonia de uma elaboração cultural pautada na lógica da produção da mercadoria incidem sobre as políticas públicas e, conseqüentemente, sobre aquelas experiências educacionais.

3.1 Educação: transformação do sujeito e direito social

A história da formação do sistema educacional brasileiro e do curso de Serviço Social é permeada pelas contradições de diferentes sujeitos na sociedade. Ambos atendiam às demandas do sistema capitalista – a educação na formação de mão de obra qualificada e o Serviço Social como promotor do bem comum, posteriormente, passou a ser chamado a atender a classe trabalhadora no auxílio ao desenvolvimento de uma consciência crítica. Sendo assim, a conquista da educação como direito social garantido pelo Estado apresenta uma nova concepção para além da vertente econômica e de produção do capital.

A escola diante da nova conjuntura técnico-pedagógica que exige interdisciplinaridade e multidisciplinaridade assume o principal meio pelo qual é possível à formação de atitudes e valores que levam ao estudante, comportamentos inteligentes advindos da capacidade potencializadora de intervir de forma construtiva/reflexiva, singular/plural, dinâmica/flexível, num contexto historicamente construído sob a curiosidade que é a “mãe” do processo educativo (MARCONDES, 1972; FERRAZ, et al., 2005; FIGUEIREDO, MACHADO, ABREU, 2010).

O ambiente escolar é um importante equipamento social, com um papel fundamental na formação do cidadão, assim sendo, a educação é vista como responsável de repassar não apenas conhecimentos técnicos, mas também valores que formem o indivíduo enquanto cidadão. Para Arantes (2003, p.157):

A sociedade solicita que a educação assuma funções mais abrangentes que incorporem em seu núcleo de objetivos a formação integral do ser humano. Essa proposta educativa objetiva a formação da cidadania, visando que alunos e alunas desenvolvam competências para lidar de maneira consciente, crítica, democrática e autônoma com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações que estabelecem consigo mesmos e com o mundo à sua volta.

Nesse sentido, a educação passa a representar possibilidade de transformação do sujeito e não apenas reprodução da cultura dominante.

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (CFESS, 2012, p. 16)

A educação, como dimensão da vida social, encerra as contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema, também é a partir dessa dinâmica estrutural é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora. Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra-hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais também. (CFESS, 2012).

A escola deve ser um espaço de diálogos e ação social, deste modo, precisa considerar não apenas as questões da educação formal, mas estar atenta as mais

diversas formas de manifestação de exclusão social, violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social.

Trata-se de uma escola cidadã que contribui para promoção de valores e diminuição das desigualdades e ao mesmo tempo busca formar cidadãos conscientes baseados nos pilares indissociáveis entre educação e cuidar: aprender a conhecer, instrumento de compreensão, aprender a fazer, agir sobre o meio que se vive, aprender a viver junto com o outro, cooperar e participar das atividades propostas, e aprender a ser, que integra os anteriores. Por isso, a educação como forma de cuidar transcende os princípios básicos do cuidar (FERRAZ, et al., 2005; FIGUEIREDO, MACHADO, ABREU, 2010).

Conforme define Silva, Keim, Beroncini (2003, p. 224)

A educação é uma dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social, político e geográfico no qual atuam. Ela é agente capaz de promover alterações no contexto social a partir de mudanças na medida em que considera a diversidade e complexidade dos sujeitos que interagem entre si e com o meio. A condição de respeitar e valorizar os não iguais constitui o centro de ação da proposta educativa dialógica. Nela os diferentes e as diferenças não podem e não devem ser eliminados nem superados, devendo ser respeitados e valorizados para promover ampliação do autoconhecimento e superação de dificuldades que antes de serem atribuídas ao outro sejam analisadas e avaliadas na perspectiva do próprio agente.

Por estas e tantas outras características, a escola há muito tempo é um campo de atuação importante para o assistente social, uma vez que, este se apresenta como o agente que interligará o aluno, em toda sua complexidade, o lar e a escola.

3.2 O Serviço Social e sua inserção no campo da Educação

Partindo destes desafios e princípios de ensino e aprendizagem da comunidade escolar que deixam de ter foco apenas no professor e atribui gestão e participação intersetorial que se ratifica a o papel do assistente social em instituições escolares. De acordo com Bull (2011) para além do preparo do educando para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, o assistente social, a partir de seu preparo teórico-metodológico, tem no espaço sócio-ocupacional das escolas, um horizontes ampliado de atuação.

A inserção do Assistente Social na área da educação é algo relativamente recente. Pode-se identificar o serviço social nas escolas desde o início da década de 1930, porém foi com os avanços políticos e amadurecimento do Projeto Ético-Político Profissional, a partir da década de 1990, que se percebeu um aumento da inserção da categoria profissional neste campo de atuação.

É nesse contexto que atua o Serviço Social na educação, identificando causas, buscando estratégias, e propondo ações que possam favorecer uma melhoria na qualidade de vida do usuário e conseqüentemente do ensino. Assim, o objetivo do trabalho do assistente social no ambiente escolar mescla habilidades técnicas e pedagógicas que a priori, segundo Lopes et al (2000, p.04)

Consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos dentre outros) com a ajuda da família, da sociedade civil e dirigentes governamentais, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania.

Sob essa perspectiva este trabalho escolar deve estar ligado intrinsecamente ao modo de vida de toda comunidade escolar, ou seja, não pode se deter apenas ao que acontece em sala de aula, por exemplo, mas deve englobar todos os sujeitos envolvidos no processo de educação deste aluno, que vão desde as suas relações familiares, até as suas condições econômicas. Servidores, educadores, direção, pais e a comunidade em geral devem ser alvo do trabalho do assistente social e participar ativamente de todo o processo de construção do seu fazer profissional. Para Pinheiro (1985, p.45)

(...) só o Serviço Social pode criar esse ambiente, pela impossibilidade dos professores cuidarem, simultaneamente, dos alunos e dos pais. O entrosamento da escola ao lar requer tempo, paciência, compreensão e trabalho constante das assistentes sob formas inteiramente diversas das dispensadas pelo mestre ao discípulo. O serviço Social deverá, pois, para desenvolvimento pleno de sua atividade, ser dividido por zonas, onde cabe conhecer as condições locais, materiais e sociais, de modo a deduzir as suas necessidades imediatas.

Dentro da discussão precisamos levar em consideração fatores de agravamento social, político e econômico que têm modificado cada dia mais a sociedade como um todo e, conseqüentemente, os espaços educacionais. A escola

atualmente tem refletido o agravamento social em demandas mais complexas que requerem posturas e estratégias ainda mais propositivas dos profissionais.

Segundo dados na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2012), o Brasil é apontado como a 7ª economia mundial, embora possua índices desanimadores da educação, na qual 14 milhões de pessoas são analfabetas, 29,5 milhões são analfabetos/as funcionais, 14,8% dos jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola e 25,2% das crianças de 4 e 5 anos estão excluídas do sistema educacional, a porcentagem da população de 6 a 14 anos que está fora da escola é de 2,4% e, ao avaliar a renda dos excluídos, entre os 20% mais pobres, essa exclusão é quase cinco vezes maior do que entre os mais ricos, evidenciando o caráter de classe que o acesso à educação assume.

Diante dessa perspectiva, torna-se necessário defender uma postura profissional do Serviço Social no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora, na qual os indivíduos sociais tenham condições de desenvolver suas potencialidades como gênero humano.

Para Almeida (2007) os assistentes sociais devem, ao mesmo tempo, tomar a política educacional como um modo historicamente determinado de oferta e regulação dos serviços educacionais, que organiza diferentes formas de trabalho coletivo e modalidades de cooperação entre diversos profissionais que atuam nesta área, considerar a educação como um fenômeno social, cujas práticas e seus sujeitos envolvem processos que embora se relacionem com a política educacional a ela não necessariamente se circunscrevem. Sendo assim, para este autor

pensar a educação para além da política educacional é uma outra exigência posta aos assistentes sociais e que requer um olhar sobre a própria dimensão educativa de sua intervenção como constitutiva desses processos mais amplos e não necessariamente vinculada a essa área de atuação do Estado via política social (Op cit, p. 08)

Segundo o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” criado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012) as atribuições e competências dos assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

A Lei de Regulamentação da Profissão requisitam do profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção como: apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

Estas competências permitem ao profissional realizar a análise crítica da realidade e construir as estratégias necessárias para responder às demandas sociais que estão normatizadas na Lei de Regulamentação da Profissão no artigo 4º, são entre elas: elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

A Lei de Regulamentação da Profissão em seu artigo 5º, por fim, esclarece prerrogativas exclusivas deste profissional. Entre elas destacam-se, coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e

projetos na área de Serviço Social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Portanto, a atuação do profissional do Serviço Social deve estar sintonizada não apenas com a política de educação, no qual o principal objetivo está na garantia do acesso à educação escolarizada, mas deve ir além. O CFESS (2012, p. 05) apresenta que:

Contudo, dever ser compreendida para além dos discursos de defesa da importância de ações desta natureza no âmbito das análises sobre a política educacional brasileira nas últimas décadas, uma vez que, as formas concretas assumidas pelas estratégias governamentais e não governamentais transpõem o cerne do problema do campo das desigualdades sociais que particularizam o processo de hegemonia do capital financeiro para o do enfrentamento da pobreza, da exclusão social e da falta de oportunidades e de mão de obra qualificada. As estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada, em todos os níveis da política educacional, ainda não configuram um efetivo processo de universalização do acesso a esta política, mas uma ampliação desigual em sua escala e, sobretudo, em sua dimensão pública. Está longe, portanto, de ser tomada como uma afirmação da educação pública como um direito social.

Quando analisa-se a inserção do assistente social na política de educação brasileira dos últimos vinte anos observa-se que esteve ligada a ampliação do acesso e permanência da população em instituições de ensino, mediante programas governamentais, resultado de intensa luta pela universalização da educação pública. É possível afirmar que, a qualidade da educação a ser assegurada, em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, não se alcança como resultado da ação de um único profissional, mas que se constrói a partir de trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO JUNTO AOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL AMARO DA COSTA BARROS EM CAMPINA GRANDE-PB

4.1 Caracterização do Campo de Estágio

O Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado na Escola Amaro da Costa Barros foi iniciado em setembro de 2011 e perdurou até setembro de 2013. O Estágio Supervisionado em Serviço Social baseia-se na Resolução CFESS Nº 533 de 23 de setembro de 2008 na qual busca fortalecer a relação teoria-prática. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento das diversas expressões da questão social, bem como, da prática profissional desenvolvida pelo Serviço Social, através de uma metodologia capaz de desenvolver competência e habilidades construídas ao longo da vida acadêmica.

A Escola Amaro da Costa Barros, situa-se na Rua Manoel Porto, bairro Santa Rosa, município de Campina Grande – PB. Sua fundação foi na gestão do prefeito Ronaldo Cunha Lima em 21 de setembro de 1988. A comunidade do bairro Santa Rosa é composta pelos seguintes órgãos: duas escolas de ensino fundamental, uma escola de ensino fundamental e médio, uma igreja católica, duas igrejas evangélicas e uma unidade básica de saúde da família.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Escolar (2007) a estrutura física da Escola Amaro da Costa Barros é dividida da seguinte forma: quatro salas de aula, uma secretaria, uma sala para direção, um sanitário interno, dois sanitários externos, sendo um masculino e outro feminino, um pátio destinado a recreação e eventos, uma cantina, uma quadra esportiva, uma caixa d'água e um almoxarifado.

Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico Escolar (2007) os recursos materiais para manutenção da escola são vindos do Ministério da Educação, entre esses recursos estão o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Quanto aos recursos humanos a escola dispõe de uma diretora e uma vice-diretora, duas assistentes sociais, uma psicóloga, nove professores, duas merendeiras, quatro auxiliares de serviço gerais e quatro vigilantes.

O trabalho pedagógico da escola é voltado para o educando e a comunidade, e tem como principal iniciativa fazer o educando a ter conhecimento da cidadania e responsabilidade social para o ensino-aprendizagem e a convivência social que vai além da escola. A instituição funciona com as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental 1º e 2º ciclos e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A equipe do Serviço Social da instituição utiliza como técnica de trabalho: folha de produção diária, observação, visitas domiciliares, acompanhamento social,

entrevistas, relatórios, encaminhamentos e fichas de cadastro, objetivando assim desenvolver um senso crítico nos educandos, ampliando assim os horizontes educacionais e sociais, resgatando a cidadania, o reconhecimento social, além de esclarecer direitos e deveres e incentivar a participação direta na sociedade através do conhecimento e prática do controle social. Conforme Lessa (2013, p. 114)

A dimensão educativa de nossa prática nos espaços onde atuamos é visível e fundamental, visto que nossa ação vem sempre acompanhada da palavra, da informação, da troca, da escuta apurada (que deve ser crítica e solidária), do debate, situações em que percepções de mundo são difundidas, analisadas, questionadas. Esta importante característica política e educativa de nossa intervenção profissional se faz presente, como não poderia deixar de ser, também no campo da educação.

É diante desse contexto institucional que a tentativa de minimizar conflitos e desigualdades sociais deve ser uma ação articulada entre profissionais de educação e outras áreas, com ênfase ao assistente social.

4.2 A Experiência do Estágio Supervisionado: resultados da intervenção na instituição

O tema escolhido para o Projeto de Intervenção foi intitulado “A importância do Serviço Social na Educação”. As metas traçadas foram fortalecer o vínculo entre assistentes sociais e alunos, fazendo com que os usuários buscassem usufruir do serviço prestado e com isso reconhecer o trabalho do assistente social na instituição.

Para a realização desta atividade interventiva utilizamos de ações educativas com palestras por meio de recurso técnico-pedagógicos (projeto visual, som), oficinas e, para a avaliação das atividades optou-se por roda de conversa.

A primeira atividade interventiva ocorreu no dia 16 de setembro de 2013 e contou com a participação de 27 estudantes da instituição. Na ocasião, foi ministrada uma palestra com duração de 30 minutos, intitulada “*Mas afinal o que é o Serviço Social?*”, ministrada pela estagiária do Serviço Social. Antes de iniciar-se a palestra fizemos uma abordagem informal sobre o conhecimento prévio dos estudantes com relação ao trabalho do assistente social e obtivemos algumas repostas como:

A assistente social é uma mulher que ajuda. (ESTUDANTE A)

O assistente social é uma pessoa que vai às nossas casas, ver por que não estamos indo para escola. (ESTUDANTE B)

O assistente social é uma pessoa que ajuda. (ESTUDANTE C)

O assistente social é uma pessoa que também trabalha no hospital e liga quando alguém da família morre. (ESTUDANTE D)

De acordo com as respostas dos participantes, compreende-se que há um desconhecimento sobre o trabalho do assistente social, principalmente, na área da educação. Para tanto, foi esclarecido e discutido com os estudantes que o Serviço Social é uma profissão de curso superior, cujo objeto de intervenção são as expressões da questão social, isto é o conjunto das desigualdades sociais. O curso de Serviço Social dura em média 4 anos e quando formado o estudante de Serviço Social passa a ser chamado de assistente social e pode exercer seu trabalho em escolas, hospitais, presídios, empresas entre outros. Mostrou-se que o assistente social pode ser um profissional que desenvolve ações pedagógicas para esclarecer e orientar a população quanto aos seus direitos e deveres, que planeja e executa programas voltados para o bem estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade.

Conforme aponta Yazbek (2013) o assistente social intervém nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população com a qual trabalha. A intervenção do profissional se dá tanto pela oferta de bens, recursos e serviços como pelo exercício de uma ação política, socioeducativa. Esta ação socioeducativa do assistente social, tanto pode assumir características disciplinadoras voltadas ao enquadramento "suave" da população usuária de seus serviços em sua inserção institucional e na vida social, como pode voltar-se para uma perspectiva emancipatória.

É importante destacar, também que, os assistentes sociais que atuam na área da educação devem buscar construir formas de resistência através de um trabalho educativo, de formação de sujeitos políticos críticos e capazes de decifrar a realidade social onde estão inseridos (BULL, 2011).

Compreende-se que, de acordo com o CFESS (2012) participar do estabelecimento desses consensos está na raiz contraditória de constituição do Serviço Social na sociedade de classes, visto que depende das condições institucionalizadas pelas políticas sociais para exercer sua atividade laborativa.

Nesse cenário institucional da escola, o profissional atuando na área da educação desenvolve trabalho de socialização, sensibilização, informação, capacitação e organização da comunidade escolar (pais, alunos, professores). Como também, é possível optar por uma prática política com os usuários, sem se perder somente nas relações necessidades/benefícios e situação emergencial/atendimento social.

Foi destacado também, por parte da estagiária na intervenção, que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. A dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais, voltados para o reconhecimento e aplicação dos direitos dos sujeitos sociais. (SANTOS, 2012).

Neste íterim, perguntou-se durante a palestra se os educandos conheciam a existência de uma lei que regulamentava a profissão e um código de ética?. Todos os estudantes presentes responderam que *não*. Sendo assim, foi destacado que os profissionais do Serviço Social possuem uma Lei que Regulamenta a Profissão - Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 e um Código de Ética Profissional. Tanto a Lei de Regulamentação da Profissão como o Código de Ética são instrumentos legais que assumem, para além do papel jurídico, uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e a aliança com a classe trabalhadora na construção de uma outra sociedade. (CFESS, 2012)

Dessa forma, o profissional do Serviço Social deve ter a garantia de condições técnicas e éticas de trabalho de acordo com a Resolução CFESS 493/2006, para que possa cumprir com responsabilidade e compromisso as atribuições, as competências, o que exige autonomia técnica e garantia do sigilo profissional no atendimento à população usuária.

Em seguida, discutiu-se sobre a importância do trabalho do assistente social no âmbito escolar. Os problemas sociais a serem combatidos pelo profissional do Serviço Social na área da educação como o baixo rendimento escolar, a evasão escolar, o desinteresse pelo aprendizado, os problemas com indisciplina, a insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, a vulnerabilidade às drogas; as atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001).

Durante a intervenção foi discutido com os estudantes que é no cotidiano da escola e da família que se apresentam as diferentes expressões da questão social como desemprego, trabalho infantil, baixa renda, fome, problemas de saúde,

habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, família, violência doméstica, pobreza, exclusão social, dentre outras. E que o enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional do Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade.

A segunda atividade interventiva ocorreu no dia 18 de setembro de 2013, estiveram presentes 32 estudantes. Iniciou-se com a exposição de um vídeo que exibiu algumas ações “assistencialistas” que não correspondiam ao trabalho do assistente social, entre elas, a distribuição de cestas básicas, distribuição de sopa, desmistificando a figura profissional do assistente social. Posteriormente, após essa exposição fomentou-se quais eram as ações inerentes ao assistente social de acordo com seu Projeto Ético-Político Profissional envolvendo a Lei que Regulamenta a Profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares. A seguir, destaca-se algumas falas dos estudantes sobre a questão do trabalho dos assistentes sociais na sociedade.

As pessoas pensam que o assistente social que vai resolver os problemas do mundo, o trabalho dele é tentar ajudar um pouco e não fazer tudo sozinho. (ESTUDANTE A)

O povo quer que o assistente social resolva tudo, quem tem que resolver mesmo é os políticos. (ESTUDANTE B)

Se os projetos que os assistentes sociais fazem fossem realmente levados a sério teríamos menos desigualdade social, pois ele sim é um profissional que pensa no lado da população mais carente diferente dos políticos que só pensam enriquecer eles e a família. (ESTUDANTE C).

Neste sentido, é possível perceber que o fazer profissional contemporâneo busca se desligar do caráter assistencialista, compensatório e mantenedor da ordem, assumindo uma posição de transformador, procurando interferir no processo de reprodução da força de trabalho, com o objetivo de reorganizar as relações sociais através da prática profissional, assumido pela categoria a partir do Código de Ética Profissional de 1993. (IAMAMOTO, 2000).

Para Yazbek (2013) o reconhecimento da profissão deve ser somado a mediações técnico-políticas que garantam de fato soluções reais ao invés de apenas discussões teóricas dos enfrentamentos sociais. E, na medida em que novas situações colocam novos desafios e exigências, a profissão deve buscar redefinir

seus procedimentos e estratégias de ação, adequando-se às novas demandas e redefinições do mercado de trabalho e da conjuntura social.

A terceira (e última) intervenção foi realizada no dia 20 de setembro de 2013, se fizeram presentes 29 educandos. A fim de averiguar a assimilação das discussões realizadas nas intervenções anteriores, realizou-se uma oficina com a elaboração de cartazes na qual os alunos expuseram através de palavras e frases retiradas de jornais e revistas o que estes entendiam como sendo o trabalho do Serviço Social. Os estudantes foram divididos em dois grupos para a atividade. Como resultados da ação, os alunos relacionaram as seguintes palavras abaixo com o Serviço Social: assistência, planejamento, informação, esclarecimento, mediação, viabilidade, direitos, justiça, cidadania, ações sociais, visitas domiciliares, laudos, projetos, entre outras.

De acordo com Almeida (2007) a afirmação da dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas.

Compreende-se, dessa forma, que segundo a discussão destas ações desenvolvidas e dos apontamentos realizados pelo CFESS (2012) possibilitaram compreender que um dos grandes desafios colocados aos assistentes sociais que atuam na Política de Educação é assegurar às condições de permanência na educação escolarizada para além do nível ou modalidade ao qual se vincula diretamente, tomando-as como expressões das desigualdades que atravessam a política educacional e que, em última instância, expressam as desigualdades sociais que esta política contribui para reproduzir na sociedade.

Ao término da última atividade interventiva alguns alunos ainda propuseram sugestões de temas para palestras a serem ministradas pela equipe de profissionais da instituição como: direito dos idosos, direito ao transporte coletivo gratuito, saúde e aposentadorias. Estes temas foram destacados devido ao envolvimento dos alunos com as atividades propostas, visto que grande parte do corpo docente noturno eram formados por adultos e idosos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola representa na sociedade moderna um dos principais espaços formadores e propagadores de cidadania à medida que contribui para a formação consciente do cidadão e sobre seu exercício dentro da sociedade.

A realização do Projeto de Intervenção por meio de suas ações envolvendo as palestras, vídeos e oficina junto com os estudantes possibilitou a compreensão sobre a importância do trabalho do profissional de Serviço Social diante de sua prática no ambiente escolar, visto que a relação entre teoria e prática deve convergir no sentido de discussão para aprimoramentos e solução de fatos inerentes ao exercício profissional do assistente social.

Assim, perceber que a escola é um ambiente democrático com metas traçadas em seu Projeto Político Pedagógico pode ajudar nas estratégias norteadoras para o dia-a-dia deste profissional. Pois é sob este cenário que atua o Serviço Social no âmbito educacional, identificando causas, buscando estratégias, propondo ações que possam favorecer uma melhoria na qualidade de vida do usuário e, conseqüentemente, na sociedade.

A atuação profissional voltada para a garantia do acesso à educação escolarizada tem sido a marca principal da inserção de assistentes sociais na Política de Educação. Foi possível apreender através do estudo bibliográfico e do Projeto de Intervenção desenvolvido com os estudantes que o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social no sistema educacional brasileiro ainda está em processo de formação e conquista. Sendo assim, é importante destacar que, a intervenção do assistente social na escola tem a proposta de atuar numa relação dialética entre escola e vida social, percebendo o indivíduo em sua amplitude social, cultural, familiar, articulando as diferentes redes e direitos dos indivíduos envolvidos na sociedade.

É importante que, o assistente social mantenha um olhar crítico sobre a política de educação, desenvolvendo estudos e pesquisas que contribuam para a afirmação de políticas universalizantes e dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: 2007. p. 1-16. Disponível em: www.cress-g.org.br/Textos/textos. Acesso em: 15 de Junho de 2014.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf> acesso em 10 de julho de 2014.

ARANTES, Valéria Amorim (org). **Afetividades na Escola, Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

BULL, Thalita Giovanna. Política educacional e neoliberalismo no Brasil: uma leitura sob a ótica do serviço social. In: **Ser Social**. N. 29. V. 13. Brasília: UNB, Jul./ Dez, 2011. p. 65-89.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro. In: **Virtual Textos & Contextos**. N. 2. Porto Alegre: PUCRS, dez, 2003. p.3

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CAMPINA GRANDE. Escola Municipal Amaro da Costa Barros. **Projeto Político Pedagógico**. Campina Grande: 2007.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 9. ed. Revisado e Atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

_____. **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

_____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Módulo 3 Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS/CRESS, 2012.

_____. Resolução CFESS N. 533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a Supervisão de Estágio**. Brasília: CFESS, 2008.

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; BONETTI, Osvaldo Peralta; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da. A Enfermagem brasileira e a democratização da saúde: notas sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**. V. 65. Brasília: 2012 . p. 179-185 Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em 18 de Agosto de 2013.

FALEIROS, V. de P. **Metodologia e Ideologia do trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

FERRAZ, Fabiane et al. Cuidar-educando em enfermagem: passaporte para o aprender/educar/cuidar em saúde. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**. N. 5. V. 58. Brasília: 2005. p. 607-610 Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em 16 de agosto de 2013.

FIGUEIREDO, Túlio Alberto Martins de; MACHADO, Vera Lúcia Taqueti; ABREU, Margaret Mirian Scherrer de. A saúde na escola: um breve resgate histórico. In: **Ciências da Saúde Coletiva**. N. 2. V. 15. Rio de Janeiro: ABRASCO, mar. 2010. p. 397-402 Disponível em: www.scielosp.org/scielo. Acesso em 01 de Dezembro de 2013.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HILSDORF, Maria Lucia de Arruda. **Histórias da Educação Brasileira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 113. São Paulo: Cortez, 2013. p. 106-130

MASCARELLO, Débora C. **História da Educação Brasileira: Os Cursos profissionalizantes do Colégio Polivalente, Cascavel – PR**. 2006, Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1_e_2/monografia_Debora.pdf. > acesso em 10 de julho de 2014.

MARCONDES, Ruth Sandoval. Educação em saúde na escola. In: **Saúde Pública**. V. 6. São Paulo: USP, Mar, 1972. p.89-96 Disponível em: www.scielo.br/scielo. acesso em 07 de Setembro de 2013.

MACIEL, Andrea. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Artigonal: Diretório de artigos gratuitos**. 2009. Disponível em:< <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-eja-no-brasil-1046328.html>> acesso em 20 de Outubro de 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. In: **Educação**. N. 37. V. 22. Porto Alegre: 1999. p. 7-32.

NOGUEROL, Ana Cristina.et al.**História da Educação Brasileira**.In: Coletânea da Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro: UCB,2007.p 24-28

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** São Paulo: Xamã, 2008.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Política Educacional e Serviço Social. In: **Saúde e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 1986. p.58

SANTOS, Maria Elisa dos; MESQUITA, Marylucia; RIBEIRO, Alessandra. A inserção do Serviço Social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. In: **Ser Social.** N. 30. V. 14. Brasília: UNB, Jan. / Jun. 2012. p. 244-258.

SANTOS, Nelma Souza dos. Serviço Social e Educação: contribuições do assistente social na escola. In: **Vivências.** N.15. Vol. 8. São Paulo: URI, 2012. p.124-134.

SILVA, Cláudia Regina Lima Duarte da; KEIM, Ernesto Jacob; BERTONCINI, Judite Hennemann. Transdisciplinaridade na educação para a saúde: um planejamento para a graduação do enfermeiro. In: **Revista Brasileira de Enfermagem.** N. 4. V. 56. Brasília: 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em 16 de agosto de 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, história e desafios.** *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. spe, 2013. P.13-14. . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300002&lng=en&nrm=iso>. acesso de 20 Julho 2014.